

Povo e constituintes desenham retrato de novo Brasil

BRASÍLIA — O Brasil está sendo redefinido e redesenhado. Com as redidas de dezenas de depoimentos, milhares de cartas da população e de sugestões deles próprios, os 536 deputados e senadores eleitos em novembro de 86 e os 23 remanescentes da eleição de 82 estão pintando um novo quadro do Brasil e de seus cidadãos. Os primeiros esboços vão ficando prontos.

Durante o mês de abril e no começo de maio passaram pelas salas das 24 subcomissões da Constituinte desde diretores dos mais ricos grupos empresariais até representantes dos meninos de rua. E cada um disse, livremente, que colorido quer nesse quadro "Brasil do Brasil". Por enquanto, tem-se um rascunho. A obra sairá pronta do plenário da Constituinte, lá pelo fim do ano. Mas, se forem sobrepostos esses esboços, dá para ter uma idéia do Brasil pós-constituinte e uma silhueta do futuro cidadão brasileiro dentro dessa nova paisagem.

Se a nova constituição entrasse em vigor hoje, o Brasil teria mais seis estados. Ninguém poderia ser dono de fazendas com mais de 11 mil hectares em Mato Grosso, ou 4 mil em São Paulo. E todo cidadão teria direito de acionar um Tribunal Constitucional para fazer cumprir a Constituição.

Se forem sobrepostos os esboços do novo cidadão brasileiro desenhados pelos projetos das subcomissões, ainda teremos uma silhueta meio disforme. Algumas propostas são contraditórias. Como no direito à sindicalização, por exemplo. O deputado Mário Lima, da Subcomissão de Direitos dos Trabalhadores e dos Servidores Civis, sugere que todos, sem distinção, tenham direito à sindicalização. O deputado Darcy Pozza submete esse direito a uma posterior regulamentação no anteprojeto da Subcomissão de Direitos e Garantias Individuais.

Darcy Pozza quer que o aborto

seja considerado crime. Mas também pede que qualquer tipo de discriminação, a tortura e o tráfico de drogas sejam considerados crimes inafiançáveis. Ao tratar da discriminação, Pozza — para não deixar de considerar as sugestões dos homossexuais — usou até um eufemismo. No seu parecer ele diz que ninguém poderá ser prejudicado por causa de sua orientação sexual.

A mulher, que fica impedida de praticar o aborto, ganha direitos e deveres iguais aos do homem no casamento e na educação dos filhos. E os filhos deixarão de ser tratados de acordo com a situação oficial da união entre o homem e a mulher. Nesse rascunho da constituição, toda união estável passa a ser considerada uma família. Os filhos, mesmo aqueles concebidos fora do casamento, são considerados legítimos. Isso acaba com o tratamento diferenciado na herança do pai. A política para o menor não se baseia em instituições onde os meninos de rua são encarce-

rados. Informações e referências pessoais sobre convicções pessoais ou atividades político-partidárias não podem ser solicitadas por entidades privadas ou públicas. Garante-se a supressão ou retificação de dados incorretos.

Soberania — Esse primeiro esboço da futura constituição diz que a soberania do país pertence ao povo e que do povo emanam os poderes do Estado. O rascunho cria mecanismos para que o povo exerça esse direito. O Tribunal Constitucional, por exemplo. Pode ser acionado sempre que alguma norma constitucional deixar de ser cumprida. Ações populares podem ser iniciadas por 10 mil cidadãos, ou por entidades de classes nacionais com mais de um ano de funcionamento.

Outra boa novidade das sugestões para a futura constituição está no capítulo da nacionalidade. O deputado João Herrmann sugere que as pessoas nascidas em países de língua portuguesa sejam considera-

das brasileiras após um ano de residência no Brasil. E garante aos brasileiros que adquirirem outra nacionalidade o direito de não perder a brasileira, a não ser que a perda da nacionalidade seja exigência para conseguir a outra, ou se o interessado abdicar da sua condição de brasileiro.

O anteprojeto da Subcomissão da Educação, Cultura e Esporte tem recebido críticas de todos os lados. Ele mantém a liberdade que a iniciativa privada tem hoje para atuar na área do ensino e permite que instituições privadas de educação continuem com direito de receber verbas públicas. O anteprojeto sugere que o ensino pré-escolar e o 1º Grau sejam obrigações dos municípios. E determina que 18% da receita do governo federal e 25% da receita dos estados sejam aplicados na educação.

Se for aprovado o projeto da deputada Cristina Tavares, na Subcomissão da Ciência e Tecnologia e das Comunicações, a construção de

usinas nucleares terá que ser autorizada pelo povo, em plebiscito. Mas outro anteprojeto é mais liberal. Propõe apenas a proibição do beneficiamento de urânio para fins que não sejam científicos.

Os gastos do governo também estarão sob maior controle na futura constituição brasileira. O governo não poderá fazer empréstimos externos sem autorização do Congresso Nacional, que, por sua vez, não poderá conceder autorização antecipada e genérica para esses pedidos de empréstimos. A Subcomissão dos Estados sugere a criação de uma comissão de revidição territorial que terá prazo de cinco anos para apresentar projeto de nova organização territorial do Brasil. Essa mesma subcomissão sugere a criação imediata de seis novos estados: Juruá, ocupando uma parte do Amazonas; Tocantins, em Goiás; Santa Cruz, que ficaria entre a Bahia e Minas; e Triângulo — resultante da emancipação do Triângulo Mineiro.

Funabem, terror para quem só quer liberdade

Os irmãos gêmeos Alex e Alexandre Santos Pereira e o menino Robson Ribeiro têm 13 anos, perambulam o dia inteiro pela Cinelândia, centro do Rio de Janeiro, fazendo biscoitos — engraxando e lavando carros — ou "passando a mão num relógio", quando "a coisa fica braba". Os três têm algo mais em comum: já estiveram "presos" na Funabem oito ou dez vezes. Eles não entendem nada de política, não sabem o que é Constituinte, mas aprovam unanimemente o fim da política de encarceramento dos menores abandonados — em estudo na Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso — e aplaudem a extinção da Funabem.

Para eles, a Funabem se confunde com o inferno. "Lá a gente só apanha, eles batem conforme a idade", relata Alexandre. "A comida é horrível, só fermento", completa Alex. "Os inspetores mandam a gente tirar a roupa", queixa-se Robson. A experiência de internos na Funabem — ou "Afundabem", como eles preferem chamar a instituição — é tão ruim, que preferem continuar na rua, dependendo de esmolas para sobreviver. "Pelo menos aqui a gente está em liberdade", diz Alex. Quanto ao futuro, não sabem o que esperar. Pensam apenas em conseguir um pedaço de pão, um cigarro ou um pouco de cola para cheirar. Apenas Robson, cujo pai está preso, sabe o que quer: "Quando crescer, quero ser juiz para processar os PMs que nos perseguem."



Alex, Alexandre e Robson vagam pelo centro da cidade

Arquivo — 15/8/86

União estável não precisa de papel formal

Chico Buarque de Hollanda e Marieta Severo estão juntos há 21 anos. Eles se conheceram quando ela trabalhava na peça "Se correr o bicho pega" e Chico nem tinha composto ainda *A Banda*. Ao se descobrirem apaixonados, o compositor e a atriz enfrentaram um obstáculo: Marieta não podia casar-se legalmente, pois na época não havia divórcio no Brasil e ela vinha de um casamento infeliz aos 18 anos. Resolveram simplesmente morar juntos. "Há mulheres para quem deve ser muito importante esta mudança na lei", diz hoje Marieta, cuja filha mais velha, Sílvia, 18, é a estrela principal da novela *Corpo Santo*, como a paranormal Lucinha. O casal tem duas outras filhas — Helena, 16, e Luísa, 11 —, mas sua mãe afirma que, "nem para elas vai fazer diferença esta lei. Nós somos mesmo uma família", conclui. Uma família estável, sem necessidade de casamento, segundo o conceito que os constituintes estão adotando.

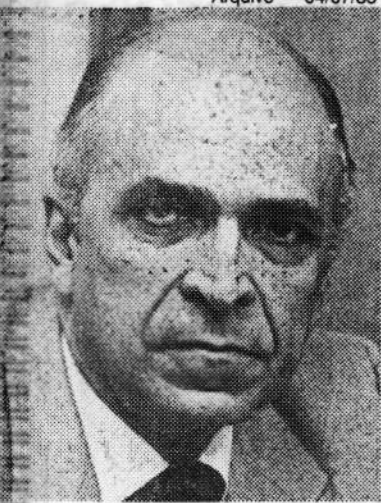


A família Buarque se emocionou na estréia de Sílvia

Um nome da lista de Frota

Em novembro de 1977, quando foi divulgado o "relatório Sylvio Frota" — uma lista de 97 funcionários do governo federal e de vários governos estaduais acusados de ligações com partidos de esquerda —, um dos nomes da relação era o do então vice-presidente da Interbrás (subsidiária da Petrobrás para o comércio exterior), Carlos Sant'anna. A "ficha" lançava suspeita até sobre atividades que Sant'anna exercia por conta do cargo que ocupava, como, por exemplo, suas viagens à União Soviética, com quem o Brasil mantinha relações diplomáticas e de quem

comprava petróleo. "Só não fui prejudicado porque gozava de prestígio junto aos dirigentes", diz hoje Sant'anna, 56 anos, atual presidente da Interbrás e diretor de comércio exterior da Petrobrás. Sant'anna acha que a devassa na vida particular dos cidadãos pelos órgãos de segurança é "uma vergonha nacional que deve ser eliminada". "O que interessa para uma empresa que contrata um funcionário é a sua postura ética e profissional. Só num regime totalitário é que se investigam as opções políticas e ideológicas dos cidadãos."



Carlos Sant'anna: prestígio

Um crime que não deve merecer fiança nem perdão

Em setembro de 1977, um mês após a morte da filha, Cláudia Lessin Rodrigues, aos 21 anos, numa festa regada a tóxicos e bebida na Avenida Niemeyer, seu pai, o aviador Hilton Calazans Rodrigues, desesperado porque os assassinos identificados pela polícia — o correitor Michel Frank e o cabeleireiro Georges Khour — ainda não haviam recebido punição, resolveu escrever uma carta ao presidente Ernesto Geisel. "A nós, pais, foi facultado gritar, denunciar, pedir justiça. Deve haver algo errado nas instituições, deve haver omissões por parte de todos nós", afirmou.

Dez anos depois, Frank, o principal acusado, está em algum lugar do Brasil ou da Suíça, enquanto Khour passou apenas alguns meses na prisão. A mãe de Cláudia, Dona Maria, pede hoje para os traficantes a pena máxima, sem atenuantes. E concorda que o crime seja inafiançável e não passível de anistia ou prescrição, como sugerem os constituintes. "Esse crime não pode ter perdão", diz, admitindo que "quando Cláudia morreu, desejava a morte de Michel Frank, sob tortura, se possível, para pagar tudo o que fez a ela". Com o passar do tempo, "como não há dor que sempre dure", gostaria apenas que as leis fossem cumpridas. Não tem, entretanto, ilusões: "A corrupção é muito difícil de ser combatida quando está em jogo muito dinheiro. Mesmo com o maior rigor da legislação, Michel Frank teria escapado, porque seu pai tem dinheiro e há sempre um policial disposto a receber uma boa nota."



"Não há dor que sempre dure", diz Dona Maria Lessin

Coragem de ousar é a novidade

João Gilberto

A cara de um novo Brasil, pelo menos no campo formal, está nascendo da Constituinte; será o novo estatuto deste país, com as regras básicas para as relações entre cidadãos e poder público. Só que, por enquanto, ainda é uma cara desencontrada, com alguns traços repetidos ou divergentes — mas, sem dúvida, muito nova.

A assembléia que se instakou marcada pelo ranços do passado, com a opinião pública achando que nada mudaria, tem tido um mérito:

sabe ousar. E é assim que no primeiro ato da sua enorme tarefa de elaborar a nova Constituição, tendo-se apenas os rascunhos de hipotéticas 24 partes da futura Carta, esta marca da ousadia e da novidade está, felizmente, muito presente.

Muda-se tudo. Desde os primeiros artigos que definem a soberania nacional até detalhes que a boa técnica legislativa não recomenda colocar numa Constituição. O vento forte do novo sopra sobre o Palácio do Congresso, onde a Constituinte se reúne.

Os relatores das subcomissões coletaram milhares de sugestões, ouviram dezenas de mesas-redondas e depoimentos, trabalharam sobre tudo e apresentaram os seus anteprojetos. Nada é definitivo. Porque abre-se o prazo de emendas na subcomissão, discute-se, e depois será votado o texto.

Mas, mesmo aí, será apenas a proposta de uma subcomissão para ser reunida a outras duas, e debatida no seio da comissão temática. Depois, a sistematização, o plenário, as emendas e as repetidas votações. Para uma Constituição, faltam muitas etapas, vários meses e tantas crises, impasses e negociações.

Até aqui, a nota básica é a inovação das propostas e a coragem de sugerir o diferente. Para o cidadão e o povo sobra ainda outra esperança: a de que os instrumentos de participação sejam mais vigorosos, como está sendo proposto. Um bom texto de Constituição pode virar sugestão lírica se não houver mecanismos para a sociedade controlar o Estado e para que os cidadãos tenham a voz e vez no processo decisório. A nova Constituição dirá que a soberania pertence ao povo, através de seus representantes ou diretamente.